



**DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO**

**NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES**

**TEXTO COM REDAÇÃO FINAL**

<b>CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR</b>		
<b>EVENTO:</b> Reunião Ordinária	<b>Nº:</b> 1398/06	<b>DATA:</b> 20/12/2006
<b>INÍCIO:</b> 13h18min (Com intervalo)	<b>TÉRMINO:</b> 16h06min	<b>DURAÇÃO:</b> 02h48min
<b>TEMPO DE GRAVAÇÃO:</b> 1h44min	<b>PÁGINAS:</b> 39	<b>QUARTOS:</b> 21

<b>DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO</b>
<b>GERALDO MAJELLA MEDEIROS DE PAULA – Testemunha;</b> <b>OSMÂNIO PEREIRA – Deputado Federal;</b> <b>JOÃO CORREIA – Deputado Federal.</b>

<b>SUMÁRIO:</b> Oitiva do Sr. Geraldo Majella Medeiros de Paula, testemunha arrolada pela defesa do Deputado Osmânio Pereira. Tomada de depoimento do Deputado Osmânio Pereira. Apresentação, discussão e votação do parecer do Deputado Anselmo, no Processo Disciplinar nº 52, de 2006, instaurado contra o Deputado João Correia.
--

<b>OBSERVAÇÕES</b>
<b>A reunião foi suspensa e reaberta.</b>



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marquezelli) - Declaro abertos os trabalhos.

Passamos agora ao segundo item da pauta, a oitiva do Sr. Geraldo Majella Medeiros de Paula, testemunha arrolada pela defesa do Deputado Osmânio Pereira.

Para o bom andamento dos trabalhos, os procedimentos a serem adotados para esta reunião serão os seguintes: inicialmente, será dada a palavra ao Relator, Deputado José Carlos Araújo, para suas indagações; em seguida, farei a chamada dos Parlamentares inscritos para inquirir o depoente, de acordo com a lista de inscrição; por fim, será dada a palavra ao Representado ou ao seu advogado, para também inquirir a testemunha.

Antes de conceder a palavra ao Relator para suas perguntas, faço a leitura do termo de compromisso, que será assinado pela testemunha.

Termo de compromisso:

*“Nos termos do art. 12, inciso I, do Regulamento do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, presto o compromisso de falar somente a verdade sobre o que me for perguntado acerca dos fatos relativos ao Processo nº 70/06, Representação nº 114/06, instaurado contra o Deputado Osmânio Pereira.*

*Sala das Reuniões, em 20 de dezembro de 2006.*

*Geraldo Majella Medeiros de Paula.”*

Dando início ao procedimento, concedo a palavra ao nosso Relator, Deputado José Carlos Araújo.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Sr. Deputado Nelson Marquezelli, neste momento Presidente desta reunião; Sr. Representado, Deputado Osmânio Pereira; Dr. Geraldo Majella, Diretor do Hospital São Francisco, quero dirigir-me inicialmente ao Dr. Geraldo Majella, para dizer quais as circunstâncias que nos levaram a convidá-lo a prestar alguns esclarecimentos.

Como o senhor deve ter conhecimento, neste *affair* que envolve tantos Deputados, a PLANAM, o Ministério da Saúde, além de outros tantos órgãos, o Deputado Osmânio Pereira e outros tantos Deputados, assim como V.Sa., também se viram enredados nesse imbróglio que estamos apurando. É importantíssimo o



depoimento de V.Sa. hoje nesta Casa, para esclarecermos algumas dúvidas. Eu reputo que talvez o senhor seja a testemunha mais importante do Deputado Osmânio Pereira. Temos outras testemunhas que não foram ouvidas, mas entendemos que o seu depoimento é vital, em algumas circunstâncias, para o que pretendemos saber. Por exemplo, Dr. Geraldo Majella, como é que o senhor conheceu o Antônio Vedoin, Darci Vedoin e Ronildo Pereira? Em que circunstância o senhor os conheceu?

**O SR. GERALDO MAJELLA MEDEIROS DE PAULA** - Bom, inicialmente, eu não os conheci pessoalmente. Na realidade, eu conheci...

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - O senhor os conheceu aqui?

**O SR. GERALDO MAJELLA MEDEIROS DE PAULA** - Aqui, por um encontro...

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - No gabinete do Deputado Osmânio?

**O SR. GERALDO MAJELLA MEDEIROS DE PAULA** - Não, eu vim a Brasília tratar de uma pendência desse projeto, e eles me contactaram. Eu vim ao Congresso para passar no gabinete do Dr. Osmânio, para me direcionar no Ministério da Saúde, e eles me encontraram lá. Eu os conheci, especificamente...

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Lá onde, doutor?

**O SR. GERALDO MAJELLA MEDEIROS DE PAULA** - Lá no gabinete.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - No gabinete?

**O SR. GERALDO MAJELLA MEDEIROS DE PAULA** - É.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - De quem?

**O SR. GERALDO MAJELLA MEDEIROS DE PAULA** - Do Dr. Osmânio.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Eles já estavam lá?

**O SR. GERALDO MAJELLA MEDEIROS DE PAULA** - Não, eu cheguei, para ir ao Ministério, e eles chegaram. Porque eu viria a Brasília tratar de pendências do projeto.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Então, o senhor chegou junto com eles no gabinete do Deputado Osmânio?



**O SR. GERALDO MAJELLA MEDEIROS DE PAULA** - Não, não. Eu cheguei antes, e eles se apresentaram, dizendo que estavam à disposição para qualquer dúvida que eu tivesse.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Como é que eles podiam saber que o senhor estaria no gabinete do Deputado Osmânio?

**O SR. GERALDO MAJELLA MEDEIROS DE PAULA** – Previamente a esse conhecimento, a esse encontro pessoal — que foi um encontro de 5 minutos —, quando esse projeto foi apresentado, pessoas ligadas ao grupo — que eu nem conhecia o nome — procuraram a administração do hospital oferecendo uma ajuda na formatação do projeto. E essa pessoa da nossa administração...

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** – Ajuda como?

**O SR. GERALDO MAJELLA MEDEIROS DE PAULA** – Ajuda na formatação, porque a gente não tinha nenhuma experiência em projeto nenhum do Ministério da Saúde.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** – Só como assessoria?

**O SR. GERALDO MAJELLA MEDEIROS DE PAULA** – Uma assessoria para formatar e alegando que conheciam os trâmites, que conheciam os melhores caminhos para agilizar o processo. Essa pessoa da minha administração perguntou-me se eu aceitaria, e eu disse que sim. E iniciou-se uma assessoria.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** – Mas me permita: esse oferecimento tinha alguma contrapartida?

**O SR. GERALDO MAJELLA MEDEIROS DE PAULA** – Não. A conversa inicial...

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** – Nem que a compra dos equipamentos por eles especificados...

**O SR. GERALDO MAJELLA MEDEIROS DE PAULA** – Não, a conversa é que eles enxergavam o hospital — que está numa fase de recuperação, eu assumi a direção do hospital há 4 anos, pois ele estava praticamente fechado —, e o hospital vem buscando esse tipo de ajuda, porque estava completamente quebrado e continua numa situação extremamente difícil. Existiam outras possibilidades de outros projetos futuros. Então, a alegação era a de que eles nos dariam uma assessoria para mostrar conhecimento, mostrar trânsito e que, em projetos futuros,



eu faria um contrato. Tanto é que nunca existiu nenhum tipo de contrato, nada com eles.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** – Mas me diga uma coisa: e eles realmente tinham trânsito no Ministério?

**O SR. GERALDO MAJELLA MEDEIROS DE PAULA** – Olha, eu acredito que não tinham o trânsito que eles colocaram, porque, durante o processo de formatação, eu fui aprendendo como trabalhar esse tipo de projeto. Vim aqui várias vezes...

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** – E o senhor forneceu a senha do hospital para eles?

**O SR. GERALDO MAJELLA MEDEIROS DE PAULA** – Sim, para poderem nos ajudar no início do projeto. Como eu falei, a gente não tinha nenhuma experiência nisso.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** – Mas eles trabalhavam lá no hospital ou trabalhavam lá na PLANAM?

**O SR. GERALDO MAJELLA MEDEIROS DE PAULA** – Não, nunca foram ao hospital. Só houve informações trocadas por telefone, por Internet, etc., na formatação do projeto.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** – Como é que o senhor soube que o projeto estava superfaturado?

**O SR. GERALDO MAJELLA MEDEIROS DE PAULA** – Eu recebi diversas cartas — diversas, que eu digo, talvez 3 ou 4 — com pareceres do Ministério, das quais tenho cópia aqui, pedindo para rever preço de determinados equipamentos. E num determinado momento...

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** – Mas aí, pelo que o senhor está falando, o senhor já tinha enviado um projeto para...

**O SR. GERALDO MAJELLA MEDEIROS DE PAULA** – Já tinha sido enviado um pré-projeto.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** – Há.

**O SR. GERALDO MAJELLA MEDEIROS DE PAULA** – E o Ministério faz análise preliminar e pede adequação de alguns preços, baseado na média que o Ministério tem. Porém, em determinado momento, o próprio Deputado me procurou e



falou: *“Olha, você precisa prestar atenção em alguns preços, porque tem coisa que está acima do preço e isso tem que ser corrigido.”*

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** – Então, o senhor está me dizendo que, antes de o Deputado lhe avisar, o senhor já tinha sido avisado pelo Ministério que havia alguns preços que estavam superfaturados, que precisavam ser corrigidos.

**O SR. GERALDO MAJELLA MEDEIROS DE PAULA** – Sim, sim. É porque esses pareceres... não foi um parecer, foram 2 ou 3 em que o Ministério pediu, por exemplo, adequação de ambiente, adequação de projeto...

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** – O senhor não avisou isso ao Deputado?

**O SR. GERALDO MAJELLA MEDEIROS DE PAULA** – Eu avisei a ele que a gente estava fazendo ajuste, porque o projeto era da minha responsabilidade. Quando eu recebi, eu me senti responsável por fazer essas adequações, e não o Deputado.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** – Quer dizer que... de qualquer forma, o senhor avisou ao Deputado Osmânio que o Ministério estava...

**O SR. GERALDO MAJELLA MEDEIROS DE PAULA** – Quando ele me avisou, eu comuniquei a ele que eu já havia recebido alguns pareceres pedindo atenção a alguns preços e que eu já estava tomando providências para corrigi-los.

Agora, eu inclusive trouxe um original de uma tomada de preço, porque tomada de preços para um hospital que está com a ficha extremamente ruim, como o nosso, ela é uma situação que, às vezes, você se depara com um preço inicial muito alto por causa do risco do hospital. Eu tenho um documento aqui, se for do interesse, onde nós cotamos 8 respiradouros com a mesma empresa, com um intervalo de 13 dias e uma diferença de preço muito grande. A mesma empresa, o mesmo equipamento, no intervalo de 13 dias, eles nos deram um preço onde o inicial daria 345 mil reais para 8 respiradouros, e, 13 dias depois, eles baixaram para 269 mil reais.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - O senhor atribui isso a quê?

**O SR. GERALDO MAJELLA MEDEIROS DE PAULA** - Eu atribuo ao fato de que inicialmente eles deram um preço ao hospital como um cliente de alto risco e, no



decorrer desse processo, como nós estávamos fazendo uma tomada de preço grande, eles ficaram sabendo que o processo era seguro, que era uma verba garantida e que não íamos, teoricamente, atrasar ou furar. E aí eles fizeram uma outra oferta, espontaneamente, com o preço de 75 mil reais mais barato para esses respiradouros. Esse documento está aqui, inclusive é original.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Com o Deputado Osmânio, como é o seu relacionamento? Como era, quando começou isso, e como é hoje?

**O SR. GERALDO MAJELLA MEDEIROS DE PAULA** - Eu conheci o Deputado em 2004. Eu já havia assumido a direção no hospital. Ele foi ao hospital na inauguração de um serviço de Oncologia, em julho de 2004. E lá ele tem uma longa tradição nessa área de atendimento ao câncer. Ele foi convidado por outras pessoas, eu não o conhecia, lá nós ficamos nos conhecendo. E ele conheceu não só o hospital, mas a nossa tentativa de recuperação daquela instituição que, no dia 7 de outubro, fez 70 anos em Belo Horizonte. Então, estamos trabalhando há quase 4 anos, ininterruptamente, tentando tirar o hospital da falência. Ele viu essa luta e se dispôs a ajudar.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - O senhor pediu emendas para o Deputado, para ajudar o senhor?

**O SR. GERALDO MAJELLA MEDEIROS DE PAULA** - Oi?

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - O senhor pediu emendas para o Deputado?

**O SR. GERALDO MAJELLA MEDEIROS DE PAULA** - Pedi ajuda, sim.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - E qual foi a negociação para essas emendas?

**O SR. GERALDO MAJELLA MEDEIROS DE PAULA** - Não, não. Nós havíamos inaugurado, em 2003, um CTI novo, e nós inauguramos uma belíssima área física, mas que estava sem equipamento. Nós temos que alugar até hoje equipamentos. Como outros setores, a gente mantém ou o aluguel de equipamento ou comodato com as empresas fornecedoras.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Não, mas qual foi, com o Deputado, a negociação para essas emendas?



**O SR. GERALDO MAJELLA MEDEIROS DE PAULA** - Não houve negociação. Eu coloquei essas dificuldades, porque precisaria de equipar esse CTI e outros setores. Ele se dispôs a ajudar e propôs uma emenda.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - O senhor vinha muito a Brasília nessa época que fazia esse projeto e tal?

**O SR. GERALDO MAJELLA MEDEIROS DE PAULA** – Sim, eu tenho vindo...

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** – Não, antes o senhor vinha?

**O SR. GERALDO MAJELLA MEDEIROS DE PAULA** - Não, não.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Quem cuidava no Ministério das coisas, do projeto, do projeto do senhor?

**O SR. GERALDO MAJELLA MEDEIROS DE PAULA** – Não, eu tenho vindo de 2005 para cá.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** – Sim, mas antes não vinha?

**O SR. GERALDO MAJELLA MEDEIROS DE PAULA** – Não, não tinha nada nosso tramitando aqui, eu não tinha relacionamento.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** – Sim, mas quando começou esse projeto o senhor começou a vir.

**O SR. GERALDO MAJELLA MEDEIROS DE PAULA** - Eu passei a vir.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Sim. E quando a...

**O SR. GERALDO MAJELLA MEDEIROS DE PAULA** - Até que eu aprendi a formatar o projeto.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - E quando a Planam entrou no circuito o senhor deixou de vir?

**O SR. GERALDO MAJELLA MEDEIROS DE PAULA** – Não, eu passei a vir depois disso, quando o projeto começou a tramitar. Toda vez que o Ministério enviava uma pendência eu vinha a Brasília para ir pessoalmente ao Ministério discutir a pendência, ver o que que era e aprender. Porque a nossa intenção seria realmente aprender a formatar e trabalhar por nossa própria conta, com nossa própria equipe na formatação desses projetos. Por isso é que toda pendência que chegava a Belo Horizonte eu vinha aqui ao Ministério para discutir e para aprender.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - E quando o senhor descobriu, através de avisos da Planam, através do Deputado, que os preços dos



equipamentos estavam superfaturados? O senhor avisou à Planam? Conversou com o eles?

**O SR. GERALDO MAJELLA MEDEIROS DE PAULA** - Avisei, avisei.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - E eles mandaram algum documento?

**O SR. GERALDO MAJELLA MEDEIROS DE PAULA** - Não. Eles, alguma... uma vez me deram uma justificativa, porque quando o Ministério...

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Eles não corrigiram os preços?

**O SR. GERALDO MAJELLA MEDEIROS DE PAULA** - Não. Corrigiram em alguns itens, mas outros eles alegavam que era questão técnica. Eu vou citar um exemplo que eu me lembro, a respeito de bomba de infusão: a alegação é que o Ministério estava com a cotação de bomba de infusão de equipo único e que estava sendo cotado bomba de infusão de equipo universal; e que essa bomba é mais cara do que a outra. Isso é um exemplo de justificativa que me deram. Em outros casos, corrigiram-se preços.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - O senhor conhece Ivo...

**O SR. GERALDO MAJELLA MEDEIROS DE PAULA** - Agora, o Ministério...

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - ... Ivo, da Planam?

**O SR. GERALDO MAJELLA MEDEIROS DE PAULA** - Não.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - O senhor conhece Ivo, da Planam?

**O SR. GERALDO MAJELLA MEDEIROS DE PAULA** - Não.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Nunca lhe passou um fax pedindo para corrigir preços e tal?

**O SR. GERALDO MAJELLA MEDEIROS DE PAULA** - Nunca tive o menor contato, nem telefônico nem...

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Nem passou um fax corrigindo os valores do projeto?

**O SR. GERALDO MAJELLA MEDEIROS DE PAULA** - Não.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Nada?

**O SR. GERALDO MAJELLA MEDEIROS DE PAULA** - Não.



**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** – E, a partir desse momento, o senhor não fez mais nenhum contato com a Planam?

**O SR. GERALDO MAJELLA MEDEIROS DE PAULA** - Não. Eu queria só chamar a atenção nessa questão dos preços.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Queria saber quando o senhor cortou esse vínculo umbilical com a Planam.

**O SR. GERALDO MAJELLA MEDEIROS DE PAULA** - Quando eu me senti apto a formatar nosso projeto, no início de 2006.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - E o compromisso que tinha com a Planam?

**O SR. GERALDO MAJELLA MEDEIROS DE PAULA** - Nós tínhamos o compromisso verbal de ajuda no sentido de formatar. Eles, no início, ajudaram a formatação de pré-projeto, e eu aprendi a fazê-lo. Eu não tinha nenhum compromisso com eles.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Qual foi a empresa que o Deputado Osmânio indicou para fazer consultorias de projeto?

**O SR. GERALDO MAJELLA MEDEIROS DE PAULA** - Nenhuma. Posso só colocar uma questão quanto aos preços?

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Por favor.

**O SR. GERALDO MAJELLA MEDEIROS DE PAULA** - Quando o Ministério mandou alguns pareceres pedindo algumas correções, eram itens isolados, 2 ou 3 itens que eles pediam para rever preço, num projeto que tenha, talvez — não sei quantos itens —, mas talvez 20 ou 30. Não eram todos os itens que foram pedidas correções.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Quer dizer que o senhor nunca passou fax, documento, *e-mail* para o Sr. Ivo pedindo para ele corrigir os preços que estavam superfaturados?

**O SR. GERALDO MAJELLA MEDEIROS DE PAULA** - Não.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Deputado Osmânio, tenho uma dúvida que V.Exa. pode esclarecer. V.Exa. poderia usar o microfone?

**O SR. DEPUTADO OSMÂNIO PEREIRA** - Pois não, Sr. Relator.



**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - É quanto àquela contribuição que o Sr. Vedoin fez para a Fundação Mário Pena a seu pedido.

**O SR. DEPUTADO OSMÂNIO PEREIRA** - Sr. Presidente, ele não fez doação nenhuma para a Fundação Mário Pena. Eles fizeram uma doação, em 2004, para a Fundação São João Bosco para a Infância.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** – Para qual fundação?

**O SR. DEPUTADO OSMÂNIO PEREIRA** - São João Bosco para a Infância. Não é da área de saúde.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Não é da área de saúde?

**O SR. DEPUTADO OSMÂNIO PEREIRA** – Não, é uma fundação que cuida do Estatuto da Criança e do Adolescente e trabalha com alfabetização de jovens e adultos, e prepara jovens para o mercado de trabalho.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - E a contribuição foi pecuniária? Foi equipamento? Que tipo?

**O SR. DEPUTADO OSMÂNIO PEREIRA** - Eles fizeram uma ajuda na conta da Fundação São João Bosco para a Infância. Não foi equipamento, não foi nada.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Quem era o Presidente dessa fundação?

**O SR. DEPUTADO OSMÂNIO PEREIRA** - O Presidente era o Dr. Luiz Alfredo Meyer Pires, que faleceu no mês de junho deste ano.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - O senhor era do conselho dessa fundação?

**O SR. DEPUTADO OSMÂNIO PEREIRA** - Eu sou do Conselho Curador desde a sua criação e fundação, e permaneço no Conselho Curador.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Dr. Geraldo, quer dizer que a Planam, em momento nenhum, corrigiu os preços dos superfaturados, interessou-se nesse projeto que estava sendo feito? Era um projeto em que tudo estava superfaturado. Quando eles começaram a ver que o senhor já estava inteirando-se, eles não procuraram corrigir os preços, baixar os preços, para que eles pudessem fornecer os equipamentos para o Hospital São Francisco?

**O SR. GERALDO MAJELLA MEDEIROS DE PAULA** - Na realidade, são duas coisas, na época, que eu entendo diferentes.



**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Uma foi o projeto.

**O SR. GERALDO MAJELLA MEDEIROS DE PAULA** - Esses itens isolados que eles pediram para correção de preços, eles chegaram a corrigir alguns preços, sim, na proposta. Agora, não existia nenhum acordo ou não existia nenhum entendimento de que esses equipamentos seriam fornecidos por “a ou “b. O que me foi colocado é que, após a aprovação do projeto, eu tenho que fazer uma licitação para comprar esses equipamentos dentro do preço preestabelecido.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Efetivamente foi feita essa licitação?

**O SR. GERALDO MAJELLA MEDEIROS DE PAULA** - O projeto não saiu até hoje!

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - O dinheiro?

**O SR. GERALDO MAJELLA MEDEIROS DE PAULA** - É.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - O projeto está aprovado?

**O SR. GERALDO MAJELLA MEDEIROS DE PAULA** – O projeto ainda tem uma pendência. Ainda tenho uma carta de 14 de dezembro agora, a última pendência técnica dele. Eu fiz até uma licitação. Depois que aconteceram todos esses fatos, estive no Ministério algumas vezes e me pediram para não fazer simplesmente referência de preços, que eu fizesse uma licitação e mandasse o Anexo IX baseado em licitação, o que teoricamente tem que se fazer só depois.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** – Que tipo de licitação foi feita? Pelo valor, tomada de preço?

**O SR. GERALDO MAJELLA MEDEIROS DE PAULA** – Tomada de preço.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** – Tomada de preço.

**O SR. GERALDO MAJELLA MEDEIROS DE PAULA** – Eu fiz esse levantamento onde eu constatei isso que eu trouxe aqui a respeito de respiradores. Agora, essa licitação, de qualquer forma, se o projeto for aprovado agora, eu tenho realmente que fazer uma licitação agora em janeiro.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** – O senhor, para comprar outro equipamento, só vai poder comprar com o dinheiro público, só vai poder comprar com licitação.

**O SR. GERALDO MAJELLA MEDEIROS DE PAULA** – Isso.



**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** – Dependendo do valor, a modalidade vai ser normal. Agora, já que o senhor tomou... não foi carta-convite. Foi tomada de preço?

**O SR. GERALDO MAJELLA MEDEIROS DE PAULA** – Tomada de preço.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** – Com publicação em jornal e tudo?

**O SR. GERALDO MAJELLA MEDEIROS DE PAULA** – Não, eu fiz uma tomada de preço orientado pelo nosso Departamento de Engenharia, com fornecedores selecionados para aquela área, para que eu tivesse um levantamento de preço...

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** – Então foi carta-convite? O senhor direcionou...

**O SR. GERALDO MAJELLA MEDEIROS DE PAULA** – Sim.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** – ... as cartas.

**O SR. GERALDO MAJELLA MEDEIROS DE PAULA** – Sim.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** – Direcionou os fornecedores?

**O SR. GERALDO MAJELLA MEDEIROS DE PAULA** – Sim.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** – Quem indicou esses fornecedores?

**O SR. GERALDO MAJELLA MEDEIROS DE PAULA** – Nosso Departamento de Engenharia.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** – O Deputado nada teve a ver com isso?

**O SR. GERALDO MAJELLA MEDEIROS DE PAULA** – Nada.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** – Não sugeriu nenhum nome?

**O SR. GERALDO MAJELLA MEDEIROS DE PAULA** – Nenhum, nenhum fornecedor.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** – A Planam estava no meio desses fornecedores?

**O SR. GERALDO MAJELLA MEDEIROS DE PAULA** – Não, não.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** – Sr. Presidente, eu me dou por satisfeito com o depoimento do Dr. Geraldo Majella, que é o Diretor do Hospital



São Francisco. Algumas dúvidas que eu tinha foram tiradas até o momento. Eu me dou por satisfeito, neste instante, com o depoimento do Dr. Geraldo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marquezzelli) – Eu indago ao orador se tem ainda mais alguma inquirição a fazer ao Deputado Osmânio?

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** – Não entendi.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marquezzelli) – Ao Deputado Osmânio.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** – Não, o Deputado Osmânio, eu já o inquiri na sessão anterior e a dúvida que eu tinha quanto a essa doação, a essa ajuda que foi feita em 2004 para a fundação, já esclareceu.

Agora, o Presidente me disse uma coisa e me lembrei de outra. Deputado Osmânio, o senhor sugeriu à Planam dar alguma ajuda a qualquer outra entidade de que o senhor fazia parte ou em que o senhor tinha interesse?

**O SR. DEPUTADO OSMÂNIO PEREIRA** – Sr. Presidente, quando tivemos um contato com esse povo, com esse pessoal... E eu disse aqui no meu depoimento que nós temos uma obra, hoje, de quase 400 leitos. São 3 hospitais, 2 lares, oitenta e tantos núcleos no interior do Estado. Vinte por cento da nossa receita para 2007 está avaliada em 70 milhões de reais; quer dizer, temos obras que atendem exclusivamente ao SUS, temos obras que atendem 50% ao SUS, e uma parte é convênio.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** – Deputado...

**O SR. DEPUTADO OSMÂNIO PEREIRA** – Eu vou chegar à resposta.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** – Deputado, preste atenção. Nós temos que ser objetivos. A resposta tem que ser “sim” e “não”, porque essa parte que V.Exa. explicou... Temos um horário e, até para o bom andamento, seria bom que V.Exa. sintetizasse...

**O SR. DEPUTADO OSMÂNIO PEREIRA** – Eu vou sintetizar.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** – ...a resposta, porque essa parte da sua exposição já foi feita. Essa parte do comercial da sua obra...

**O SR. DEPUTADO OSMÂNIO PEREIRA** – Só para concluir. Então, nobre Relator, para objetivar a resposta, quando eles me perguntaram, eles devem ter informação, porque, se estou dirigindo um trabalho social... “Está aqui um nobre



Deputado de Minas Gerais que sabe! É o homem do Mário Pena, é o homem do Mário Pena!” E fui eleito também com votação expressiva pela obra social. Então, quando qualquer empresário que quer ajudar uma das nossas obras me procura, eu falo que temos centenas de obras lá: essa, essa, essa. Naquela época, essa instituição estava precisando.

Eles, inclusive hoje, mesmo depois da morte do presidente, eles pagaram o salário de abril de 2006. Então, eu falei: olha, tem a obra do Mário Pena, tem a creche tal, mas quem mais está precisando no momento...

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - O senhor falou para quem?

**O SR. DEPUTADO OSMÂNIO PEREIRA** - Eu falei para o Sr. Darci Vedoin.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Deputado, preste atenção. A sua obra é em Minas Gerais. É interessante que inclusive os empresários de Minas Gerais conheçam a sua obra, que possam fazer... Mas os Vedoin estavam cá do outro lado. Para eles estarem lá é porque eles estavam interessados em alguma coisa.

**O SR. DEPUTADO OSMÂNIO PEREIRA** - Sr. Presidente, não procede esse argumento. Eles já estavam de olho na Bahia. Tanto estavam na Bahia como também estiveram interessados em levar a fábrica de ônibus para Minas Gerais. Eu soube de contato — e eu não vou declinar nome aqui —, mas eu soube que eles chegaram a pensar também na fábrica de ônibus que inicialmente ia para a Bahia, eles pensaram em Minas Gerais. Então, eles já estavam entrando no Estado porque eles estavam expandindo. E a CPMI comprovou isso, eles estavam no Brasil todo. Eles procuravam as pessoas que tinham liderança no setor social. Eu trabalho com 80% dos recursos para a Saúde. Então, eles, quando procuraram, já procuraram com segundas intenções. Quando eles procuraram o diretor do hospital, procuraram com segundas intenções, o senhor entendeu? Então, eu falei: “Olha, eu tenho várias obras em Minas Gerais, preciso de ajuda, mas essa aqui é a que está mais precisando”.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - O que o senhor chama de segundas intenções?

**O SR. DEPUTADO OSMÂNIO PEREIRA** - Eu não tenho dúvida de que, depois que estourou esse escândalo... porque esses homens transitavam nesta



Casa, no nosso meio, e que todo mundo os identificava como qualquer outro empresário que tinha credibilidade, seriedade e honestidade. Até estourar esse escândalo, o conceito deles aqui... Ninguém sabia o que a Polícia Federal já estava investigando, porque, se nós tivéssemos o mínimo de sinalização, eles não estariam no nosso meio. E eu tenho convivido aqui com prostitutas que vêm aqui buscar os direitos delas, vêm aqui os banqueiros buscar os interesses deles, vêm aqui os sindicatos defender os interesses deles. Então, todos os interesses transitam por esta Casa. E este povo circulava aqui com outras intenções, de tirar proveito. Felizmente — e digo aqui felizmente —, nem uma das nossas emendas ele conseguiu em Minas Gerais, porque eles não realizaram nada. Agora, Sr. Presidente, eu gostaria de chamar a atenção porque o presidente do hospital falou *en passant*. Está aqui com ele, está nos autos, tanto o depoimento dele prestado à Polícia Federal como também na minha defesa, todo um conjunto da relação. A partir do momento que eles foram alertados por *e-mail* do Ministério da Saúde e por telefonema que eu dei para o Sr. Presidente do hospital de que, segundo informação do Sr. Ministro da Saúde, o processo estava irregular, malfeito e superfaturado, o Sr. Diretor Geral do hospital passou a comandar diretamente. E a defesa nossa comprova isso documentalmente, com — dessa grossura — todo o trabalho que ele, o Diretor Presidente do hospital, desenvolveu a partir do momento que estourou essa situação no nível de Brasil, que o câncer abriu.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Ok.

Sr. Presidente, reiterando o que disse há pouco, eu encerro, neste instante, a minha fase de perguntas ao diretor do hospital.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marquezelli) - Muito bem. Agradeço, então, a presença aos Srs. Parlamentares, ao Representado, ao Relator, ao convidado.

Antes de suspender a reunião, convoco os Srs. Parlamentares para dar continuidade à pauta de hoje, às 14h30min, com a apresentação, discussão e votação do parecer do Deputado Anselmo, Relator do processo instaurado contra o Deputado João Correia.

Está suspenso o presente trabalho.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Srs. Deputados, declaro reaberta a 46ª reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados.

Esta reunião foi convocada para apresentação, discussão e votação do parecer do Deputado Anselmo, no Processo Disciplinar nº 52, de 2006, instaurado contra o Deputado João Correia.

Comunico que está presente o Representado. Convido, portanto, para sentar à mesa o nobre Deputado João Correia e o seu advogado, Dr. Erick Venâncio.

Informo ainda aos senhores membros do Conselho os procedimentos que serão observados, conforme estabelece o art. 18 do Regulamento do Conselho. Inicialmente darei a palavra ao Relator, Deputado Anselmo, que procederá à leitura do seu relatório. A seguir, será concedido o prazo de 20 minutos, prorrogáveis por mais 10 minutos, ao representado ou a seu procurador, para defesa. Logo após, será devolvida a palavra ao Relator, que fará a leitura do seu voto. Em seguida, inicia-se a discussão do parecer, podendo cada membro do Conselho usar a palavra durante 10 minutos improrrogáveis. Também darei o prazo de 10 minutos improrrogáveis ao Relator, para réplica, e igual prazo à defesa para tréplica.

Com a palavra o Relator. (*Pausa.*)

Com a palavra, pela ordem, o Deputado Herculano Anghinetti.

**O SR. DEPUTADO HERCULANO ANGHINETTI** - Pela ordem, Sr. Presidente. Eu gostaria de solicitar a desistência da oitiva do Representado Deputado Marcondes Gadelha e das suas testemunhas, e dessa forma encerrar a forma de instrução do processo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Então, está encerrada.

Com a palavra o nobre Relator.

**O SR. DEPUTADO ANSELMO** - Sr. Presidente, Deputado Ricardo Izar; Sr. Representado, Deputado João Correia; senhor advogado; senhoras e senhores presentes; imprensa; inicio lendo meu relatório.

“Trata-se de processo disciplinar com origem na Representação nº 95, de 2006, proposta pelo Partido Verde contra o Deputado João Correia, acusado de obter vantagens indevidas junto à Planam Indústria e Comércio Ltda., com a apresentação de emendas de sua autoria ao Orçamento da União.



A base de tal Representação foi o Relatório parcial da chamada “CPMI dos Sanguessugas”, em que o Representado é acusado de participação no denominado esquema “sanguessugas” — tal esquema se caracteriza pela apresentação de emenda ao Orçamento da União para aquisição de unidades móveis de saúde/equipamentos hospitalares, obtendo-se em troca vantagem pecuniária ilícita junto à tal Planam Ltda., pretensa executora das emendas.

Como material probatório, constam do Relatório da citada CPMI resumos dos depoimentos prestados pelos Srs. Luiz Antônio Trevisan Vedoin, Darci José Vedoin e Ronildo Pereira Medeiros.

Para que não se paire dúvida acerca das denúncias que ensejaram a abertura de processo neste Conselho contra o Deputado João Correia, incluo a seguir trechos da gravação de escuta telefônica, realizada pela Polícia Federal do Estado do Mato Grosso, com autorização da Justiça Federal.

Em interceptação de conversa, tendo como interlocutores o Sr. Darci Vedoin e o ex-Deputado Ronivon Santiago, realizado em 16/11/2005, o Deputado pede a Darci:

*“EX-DEPUTADO RONIVON SANTIAGO - Eu quero te pedir outra coisa: o JOÃO CORREIA tá tudo acertado, tá? Darci responde que sim”.*

Em outro trecho da gravação, realizada no dia 17/11/2005, a interlocução envolve, mais uma vez, Darci Vedoin e o ex-Deputado Ronivon Santiago, que aparentemente estava no Plenário da Câmara, e diz:

*“EX-DEPUTADO RONIVON SANTIAGO - Eu tô aqui com o JOÃO CORREIA. Estou indo hoje à noite pro Acre acertar os problemas dele lá, tá?”*

Em seguida, na mesma ligação telefônica, o ex-Deputado Ronivon Santiago afirma que:

*“EX-DEPUTADO RONIVON SANTIAGO - Aí, o caso é o seguinte, olha, ele vai fazer uns 3, viu, ou 2, tá”.*

Em sua peça de defesa, protocolada neste Conselho em 09/10/2006, o Deputado João Correia nega veementemente que tenha autorizado quem quer que



seja a tratar, em seu nome, quaisquer assuntos com a família Vedoin. Ele afirma textualmente:

*“... não foi colhido no curso da investigação qualquer diálogo entre a minha pessoa, meus assessores na Câmara e no Acre, familiares ou amigos meus e qualquer pessoa ligada à empresa Planam ou ao Ministério da Saúde”.*

Em depoimento à Justiça Federal da 2ª Vara da Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso, Luiz Antônio Trevisan Vedoin informou que conheceu o Deputado João Correia, no ano de 2004, através do ex-Deputado Ronivon Santiago, ocasião em que teria realizado um acordo com o Parlamentar, através do qual este receberia a Comissão de 10% sobre o valor das emendas destinadas para a área de saúde, para aquisição de unidades móveis de saúde.

Luiz Antônio Trevisan Vedoin afirmou, em seu depoimento à Justiça Federal, que, no mês de janeiro de 2006, entregou pessoalmente, no gabinete do Deputado João Correia, em espécie, a importância de R\$ 12.000,00, correspondentes a 50% da comissão prometida. Disse também que os outros 50% seriam pagos em maio de 2006, o que não chegou a ocorrer devido à deflagração da operação “Sanguessuga” pela Polícia Federal.

Mais uma vez, em sua defesa, o Deputado João Correia afirma que, em nenhum momento, nem ele nem quaisquer de seus assessores ou familiares receberam quaisquer valores provenientes da empresa Planam, a qualquer título:

*“Se fosse outra a verdade, bastaria o Sr. Luiz Antônio Trevisan Vedoin indicar a quem foram entregues estes valores e em que data, pois também não vai querer nos fazer crer que uma cifra desta monta foi entregue a qualquer pessoa, indistintamente, como se entrega um jornal, uma carta ou uma pizza”.*

O Representante requer, assim, a cassação do mandato do Representado por quebra de decoro parlamentar, com base no art. 55, inciso II, § 1º, da Constituição Federal, e os arts. 240, inciso II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e 4º, incisos I e II, do Código de Ética e Decoro Parlamentar.



Notificado da Representação, o Representado defendeu-se pessoalmente, alegou preliminarmente o caráter prévio do relatório da CPMI mencionado e, em suma, proclamou-se inocente. Na oportunidade, juntou documentos, protestou por depoimento pessoal, oitiva de testemunhas, acareação com o Sr. Luiz Antônio Vedoin, requisitou imagens ao DEPOL desta Casa Legislativa e ainda ofereceu sigilos telefônico, fiscal e bancário.

A seguir, o Representado prestou depoimento no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, reafirmou sua inocência e disse estar sendo perseguido por seus adversários políticos no Acre.

Mais recentemente, o Representado declinou da apresentação de outras provas e da oitiva de testemunhas, no intento de que seu processo ganhasse celeridade neste Conselho e que fosse julgado ainda no decurso desta Legislatura.

Este é o relatório, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o nobre Deputado João Correia, o Representado neste processo.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CORREIA** - Sr. Presidente, cumprimento V.Exa., o Sr. Relator, os Srs. Deputados.

Sr. Presidente, posso fazer algumas observações sobre o relatório?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - É totalmente permitido. V.Exa. tem o prazo de 20 minutos, prorrogáveis por mais 10 minutos.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CORREIA** - Gostaria apenas de fazer 2 observações sobre o relatório.

O parágrafo que antecede o parágrafo final diz o seguinte: “A seguir o Representado prestou depoimento no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, reafirmou sua inocência e disse estar sendo perseguido por seus adversários políticos no Acre”.

Gostaria de pedir a atenção do Relator para “e disse estar sendo perseguido por seus adversários políticos no Acre”. Isso não é verdadeiro. Isso, em momento algum, aleguei em minha defesa. Ao contrário, respondendo a uma pergunta do Deputado Marcelo Ortiz ou do Deputado Jairo Carneiro, eu disse exatamente que não poderia acusar nem a Polícia Federal, nem o Ministério Público Federal, nem



tampouco o Governo do Acre pelo fato de eu não ter provas disso. Queria fazer este reparo em relação ao relatório.

Também, Sr. Presidente, ficou um pouco, talvez, faltante — provavelmente o Relator pode utilizar isso no seu voto — uma das acusações que o Sr. Luiz Antônio Vedoin fez a mim. Ele disse que eu fraudei, juntamente com o Prefeito do Município de Plácido de Castro, que é gerido por um adversário meu, a tomada de preços, para que toda essa patranha pudesse ter viabilidade. Eu senti falta desse fato aqui no relatório, porque essa é uma acusação de muita gravidade, mesmo porque o Prefeito Paulinho era a minha principal testemunha de defesa, que infelizmente não pôde ser ouvida por este Conselho.

Feitas essas 2 observações sobre o relatório de S.Exa., Deputado Anselmo, eu gostaria de apresentar alguns elementos da minha defesa. Em primeiro lugar, sobre as emendas que eu fiz para as unidades móveis de saúde. Quando eu fiz as emendas para as unidades móveis de saúde — eu as fiz no ano de 2003 —, eu ainda não conhecia os então empresários Luiz Antônio Vedoin e Darci Vedoin; o que, por conseguinte, não me permitiria, por mais que eu desejasse ou quisesse, fazer qualquer tipo de negociação com quem eu não conhecia.

Eu vim conhecer o Sr. Darci Vedoin e Sr. Luiz Antônio Vedoin em 2004, quando as emendas já tinham sido colocadas por um imperativo da LDO, que obrigava que um percentual dos recursos de cada Parlamentar fosse alocado na parte de Saúde. Então eu aloquei, em 2003, sem conhecer ainda os então empresários, que depois vieram a tornar-se bandidos. Em 2004, essas emendas foram empenhadas; e no ano de 2005, também a demonstrar que eu não recebi nenhum tipo de benefício, não houve o imperativo da LDO. V.Exas. devem estar lembrados. Eu não aloquei nenhuma emenda para unidades móveis, no ano de 2005.

No relatório também — mas aqui já vai estar na questão do Sr. Ronivon Santiago —, a empresa Planam, que eu também não conhecia até a eclosão do escândalo, não conhecia o seu nome, farejou e disputou as 3 emendas que eu havia alocado para 3 Prefeituras do Acre: a Prefeitura de Plácido de Castro, ligada a um adversário político do Partido dos Trabalhadores; a Prefeitura do Bujari, também ligada a um Prefeito do Partido dos Trabalhadores, e a Prefeitura de Acrelândia —



cujo Prefeito, Vilseu, encontra-se presente —, que era da Prefeitura do PSDB. Aloquei essas 3 emendas para as 3 Prefeituras no valor de 600 mil reais, e a Polícia Federal disse, na primeira oitiva, na interpretação do diálogo feito entre Ronivon Santiago e Darci Vedoin, que eu tinha recebido propina de 3 milhões de reais sobre um montante global de apenas 600 mil reais. Isso é matematicamente impossível. E os 3 Prefeitos — e aqui quero reconhecer a lisura do Prefeito Paulo Almeida, do Prefeito Michel e do Prefeito Tião Bocalon — assinaram documentos, que estão acostados à defesa, dizendo exatamente que a responsabilidade da licitação por tomada de preços foi única e exclusivamente de cada um deles, não assistindo a mim, como não deveria de fato assistir, qualquer tipo de interferência numa responsabilidade que foi única e exclusivamente desses 3 Prefeitos.

De resto, nenhuma dessas 3 Prefeituras foi arrolada como suspeitas no relatório da CGU, em relação a superfaturamento. Foram 3 Prefeituras inteiramente isentas e idôneas, no que diz respeito ao processo de licitação e de operacionalização da compra desses equipamentos.

O que eu queria colocar é o seguinte: a Planam participou das 3 licitações. Ela venceu no Município de Plácido de Castro; concorreu e perdeu no Município da Acrelândia e foi inabilitada no Município do Bujari. E também quero trazer isso como elemento para minha defesa. Ora, se eu tivesse que fazer algum tipo de falcatrua, eu procuraria uma Prefeitura mais afinada politicamente comigo, como, por exemplo, a Prefeitura de Acrelândia, na qual a Planam concorreu e perdeu. O Prefeito de Acrelândia também assinou documentos definindo minha isenção nesse processo. A Planam foi inabilitada na Prefeitura de Bujari, liminarmente inabilitada. Ela competiu e ganhou no Município de Plácido de Castro, de um adversário político que eu suspeito que... A racionalidade manda que na própria corrupção pode haver racionalidade. Que condições teria eu ou o Prefeito de Acrelândia, se fôssemos corruptos, de dizer o seguinte: “Vamos então fazer aqui um acerto, já que somos, e éramos, adversários políticos figadais”. “Figadais”, este é o termo, porque não encontro outro para denotar a realidade dessa situação.

Em relação às emendas, o que eu queria colocar é exatamente isto: não aloquei emendas em 2005. Quando aloquei as emendas, eu ainda não conhecia os então empresários, que depois se tornaram bandidos. Eu disse aqui neste Conselho



que eles foram ao meu gabinete discutir emendas de inclusão digital, isso sim. Eles foram lá para mostrar os *folders*, para tentar demonstrar a excelência do programa de inclusão digital, feito pelo Ministério da Ciência e Tecnologia. Em relação às emendas, basicamente seria isso o que eu queria colocar.

Agora, passo um pouco para a conversa do Sr. Ronivon Santiago com Darci Vedoin, na qual o meu nome foi citado. Porque o elemento central, Srs. Conselheiros, da minha defesa, o elemento probatório — V.Exas. verão no final —, é que não existe um cheque, não existe uma conta, não existe um número de conta, não existe uma gravação, não existe absolutamente nada que vincule o Deputado João Correia, seus assessores, seus familiares em relação a essa quadrilha. Não existe absolutamente nada, nenhuma prova que vincule a isso. Há, no entanto, uma citação por um grampo telefônico de uma conversa entre o Sr. Ronivon Santiago e Darci Vedoin, na qual eu fui citado.

Disse, na minha oitiva aqui no Conselho de Ética, que conheço Ronivon Santiago há mais de 40 anos, já que somos contemporâneos da mesma pequena cidade, Cruzeiro do Sul, lá no noroeste do Acre. Sempre fomos adversários políticos, tanto locais quanto no plano nacional, mas nunca fomos inimigos. Também nunca fomos amigos. Somos conhecidos, somos contemporâneos, somos co... Enfim, nascemos no mesmo Município.

**O SR. ERICK VENÂNCIO** - Co-munícipes.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CORREIA** – Somos co-munícipes — obrigado, Erick, por essa informação. O Sr. Ronivon Santiago — e eu fui um Deputado, do primeiro ao último dia, de oposição ao Governo do Presidente Lula —, o Deputado Ronivon Santiago foi permanentemente um Deputado vinculado ao Governo. Foi um Deputado que teve muita importância em determinados momentos, inclusive em votações importantes no que diz respeito à questão do Governo. Ele era um Deputado do PP, até ser cassado. O Deputado Ronivon Santiago existia... Os peemedebistas sabem, os que pertencem à base do Governo e também os que são de oposição sabem que o PMDB tinha uma relação de equilíbrio muito delicado, extremamente delicado. A bancada era praticamente rachada ao meio em termo dos que apoiavam o Governo, *vis-à-vis* àqueles que ao Governo faziam oposição.



Houve, então, uma disputa, e o Deputado Ronivon Santiago foi filiado às pressas ao PMDB para votar, apoiando a bancada governista, para a eleição do líder. O PMDB do Acre tomou conhecimento disso e me pediu que excluísse o Deputado Ronivon Santiago. Eu então cumpri esse papel, cumpri a determinação do partido no Acre, já que eu sou o presidente... era o presidente até recentemente. Excluí o Deputado Ronivon Santiago para que ele não pudesse votar na disputa interna da bancada do PMDB.

O Deputado Ronivon Santiago também foi convocado, a meu pedido... Eu participei da CPMI do Mensalão e da Compra de Votos — acho que o Deputado Valverde também estava lá. Então, a meu pedido, o Deputado Ronivon Santiago, o ex-Deputado Chicão Brígido, Osmir Lima, enfim, todos os personagens, culpados ou inocentes... No caso do Deputado Chicão, foi o momento importante de provar, reafirmar sua inocência. Eu fiz, então, essa convocação ao então Deputado Ronivon Santiago, para que ele participasse dessa oitiva na CPMI do Mensalão e da Compra de Votos. E, na verdade, não sugeri o nome do Deputado Ronivon Santiago como minha testemunha de defesa por uma razão muito simples: é que no dia 4 de maio, dia em que foi deflagrada a Operação Sanguessuga, o Deputado Ronivon Santiago foi preso e prestou depoimento à Polícia Federal do Acre sobre esse diálogo que o Delegado Tardelli Boaventura entendeu que eu teria recebido 3 milhões, de propina, no montante global, das 3 Prefeituras, de 600 mil.

O Deputado, então... O Ronivon Santiago então disse, na Polícia Federal do Acre, no dia 4 de maio do corrente ano, que jamais tinha feito qualquer intermediação negocial entre Darci Vedoin e o Deputado Federal João Correia. Se ele, espontaneamente, no depoimento prestado à Polícia Federal do Acre sobre este diálogo que eles aqui enumeram, disse que nunca tinha feito qualquer tipo de mediação, eu entendi que era desnecessária, que era ociosa a convocação do ex-Deputado Ronivon Santiago como minha testemunha de defesa. Em princípio, então, é essa questão em relação à gravação, ao grampo telefônico, à escuta telefônica feita pela Polícia Federal, com mandado judicial, entre Ronivon Santiago e Darci Vedoin. Os telefones ficaram grampeados mais de um ano, porque esses grampos são de novembro de 2005.



Muito bem, em relação à suposta ida do Sr Luiz Antônio Vedoin ao meu gabinete, quero apenas aduzir, em relação a esse diálogo de Ronivon Santiago e Darci Vedoin, que eu fui à CPI dos Sanguessugas no dia em que foram ouvidos o Delegado Tardelli Boaventura e o Procurador da República do Mato Grosso, Mário Lúcio Avelar, e tive a oportunidade de contestar pessoalmente essa informação com o Delegado Tardelli Boaventura, tanto é que isso aqui, depois na própria CPMI, essa informação não veio como elemento probatório do meu suposto cometimento de crime.

Bom, em relação ao Sr. Luiz Antônio Vedoin, à ida do Sr. Luiz Antônio Vedoin ao meu gabinete, eu disse a este Conselho... E eu vim também quando o Sr. Luiz Antônio Vedoin prestou depoimento neste Conselho. Eu vim, e alguns acharam inteiramente temerária a minha presença naquele momento, mas eu queria ter a oportunidade de dizer ao Sr. Luiz Antônio Vedoin que ele estava mentindo, que ele estava falsificando toda e qualquer informação ou afirmação que me dizia respeito, porque, além de ele não ter provas, isso de fato não aconteceu. Disse ele — e rebati uma a uma das suas questões — que o Ronivon me apresentou a ele. Não é verdade. Conheci, através do Ronivon, o seu pai. Ele foi depois ao meu gabinete, junto com seu pai, para tentar vender os *folders* da inclusão digital. Segundo, não fiz negociação nem antes, nem durante e nem depois com os Vedoin. Não fiz negociação nem quando eles eram empresários, que tinham ônibus ali na garagem do Anexo IV, cheio de computadores, que eu não conheci, mas soube da excelência que seriam esses computadores dentro daquele ônibus. Era isso que ele estava querendo vender. Nem fiz durante nem fiz depois. O Sr. Vedoin esteve no meu gabinete, aqui reconheci este fato. O que tratamos... E o Sr. Vedoin diz, então quero negar, que não foi Ronivon Santiago e, segundo, que não houve nenhuma tratativa, nem antes, nem durante, nem depois, acerca de qualquer tipo de propina, nem com ele e nem com ninguém durante o meu meio século de vida. Nunca houve isso na minha vida pública ou na minha vida privada.

Disse, então, que o Sr. Vedoin, assim que o Partido Verde encaminhou o relatório provisório da CPMI — e aqui gostaria muito da atenção de V.Exas., que estão prestando atenção, mas é uma questão delicada... Até sugiro, Sr. Presidente, para o Conselho de Ética sugerir à Presidência da Casa. Havia uma forma lapidar



definitiva de provar minha inocência e provar a falsidade do Sr. Luiz Antônio Vedoin, bastava que a Câmara tivesse me oferecido os serviços de gravação de vídeo que ela tem em todos os corredores desta Casa. Eu, então, pedi imediatamente, em agosto ainda, o serviço de gravação da Câmara dos Deputados à Polícia Legislativa. A Câmara dos Deputados disse que não estava bem instruído o meu pedido, pediu que eu o refizesse. Eu o refiz, o pedido. Aí, então, eles demoraram a me entregar esse resultado.

Eu, então, vim pessoalmente me entrevistar com o Diretor da Polícia Legislativa: “O que está acontecendo? Eu preciso disto para provar a minha honra, para provar a minha alma e para provar a falsificação desse homem, desse criminoso”. Agora já criminoso. Aí a Câmara Federal, então, me disse que não podia me oferecer, porque não o tinha mais, tinha gravado em cima — está certo?—, e não tinha a referência do mês de janeiro de 2006, deste ano. Eu, então, tinha visto num vídeo ou num filme, não me recordo bem, que havia tecnologia capaz de recuperar imagens deterioradas.

Escrevi um *e-mail* para a empresa que faz a manutenção desses elementos aqui na Câmara. Tenho esse *e-mail* aqui, que também foi acostado à minha defesa. A empresa não me respondeu. Mas, nesse ínterim, tive acesso a um documento que, para mim, foi fundamental, foi importante, que é o documento da vinda dos registros legislativos do Sr. Luiz Antônio Vedoin à Câmara dos Deputados. Aqui existe um sistema de identificação de visitantes que diz onde ele entra e para onde ele vai. E aqui nós tínhamos, então, as entradas do Sr. Luiz Antônio Vedoin e do seu pai também, Darci Vedoin, 5 ou 6 vezes mais do que o Sr. Luiz Antônio Vedoin. E aí eu tive acesso à seguinte informação: ele veio em vários meses do ano de 2005. No ano de 2006, ele veio no mês de fevereiro, no mês de março, no mês de setembro, mas não veio registrado no mês de janeiro.

Ora, V.Exas. sabem, e toda esta Câmara sabe, da facilidade extremada que se é entrar na Câmara Federal, porque a Câmara Federal é a Casa do Povo. Eu sei que sim, eu sei que é simples e fácil de entrar na Câmara Federal. No entanto, este documento, ele foi precedido vários meses do pedido à Câmara Federal, à Polícia Legislativa, que me trouxesse essas informações, que me trouxesse o estoque de gravações dos vídeos que ela tinha. Foi precedido, não foi um documento gracioso.



Em segundo lugar, ele parece que era vaidoso, ou parece que é vaidoso, porque em todo esse processo de isenta, não isenta, inocenta, acusa, negocia, não negocia, uma hora é dinheiro doado através de cheque, outra hora é fundo de campanha; enfim, essa coisa, essa gelatina perigosa que se tornou o Sr. Luiz Antônio Vedoin, aliás, que veio a este Conselho e disse que não era obrigado a dizer a verdade, a falar a verdade. Não, ele não quis fazer um depoimento sob o compromisso de falar a verdade. Então, o Sr. Luiz Antônio Vedoin, no mês de janeiro, não apenas não foi ao meu gabinete, como sequer veio à Câmara dos Deputados, no mês de janeiro, à Câmara dos Deputados.

Aí eu pergunto: “Bom, mas aí ele poderia ter entrado por qualquer lugar”. Não me interessa isso, por quê? Porque a sua vaidade fez com que ele, no dia 12 de setembro deste ano, 3 dias antes de ser preso pela venda do dossiê, pela negociata do dossiê contra os políticos tucanos, contra os candidatos tucanos, ele carimbou o seu registro pela Chapelaria da Câmara dos Deputados.

Então eu quero entender que aqui há uma inversão do ônus da prova, Srs. Deputados. Há uma inversão enorme! Ele não prova que veio ao meu gabinete no mês de janeiro! Por que ele não prova? Porque ele não foi!. Ele jamais foi! Então não pode provar! Ora, mas eu estou provando aqui, por um documento de visitação, que ele não foi ao meu gabinete e sequer foi à Câmara dos Deputados.

Há um fator ainda, Sr. Presidente — estou quase concluindo —, que é o seguinte. No mês de janeiro, na minha terra, existem duas estações: uma estação que chove mais e uma estação que chove menos. No mês de janeiro, eu passei mais de 15 dias fora de Brasília. E eu queria exatamente verificar qual o dia que ele teria ido para exatamente fazer esse cotejo. Não foi possível! Ele diz então que pagou 2 meses antes inclusive do acerto, enfim, essas questões que não têm a menor solidez, não tem o menor cabimento, não há nenhuma prova. E nem pode haver, porque elas não existem. Os fatos não aconteceram! Então eles não podem ser calçados em provas.

Sr. Presidente, para concluir, o item IV dessas minhas observações, eu tentei realmente ir onde pude. Quero agradecer aqui, Sr. Presidente, sinceramente a V.Exa. e à Câmara Federal a oportunidade que estou tendo hoje, porque, de fato, um mandato popular, para concluir, é uma contingência. Ele não é nada



permanente. Ele não é permanente como o trabalho de uma pessoa, como o ofício de uma pessoa. Eu sou professor na Universidade do Acre, fui eleito 3 vezes Deputado Estadual e fui eleito uma vez Deputado Federal, precisamente porque o meu fato positivo, se alguma virtude eu tinha, era a virtude de tentar ser correto — e as mais das vezes consegui — da defesa do Erário, da fiscalização rigorosa e impiedosa que fiz em todos os momentos em que exercitei o meu mandato.

Eu preciso voltar para a minha terra, para o meu trabalho com um veredicto. Não vou dizer qual seja ele, mas com um veredicto, porque pior do que uma condenação é a dúvida. Muito pior, muito pior do que ela, é a dúvida de você ter ou não praticado aquele crime. E eu quero dizer, para concluir, Sr. Presidente, que não há provas e não houve provas por uma razão muito simples, porque não existiram os delitos. Esses delitos não aconteceram. Tentei me defender onde pude.

Agora posso, com a vênia de V.Exa., repousar minha cabeça no travesseiro, porque fiz tudo, tudo o que estava ao meu alcance para que este momento aqui acontecesse para que eu pudesse ser julgado por um Conselho que se debruçou sobre as acusações e sobre as provas e que me condenou ou me isentou. Então, Presidente, muito obrigado. Era isso o que eu queria dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Obrigado, Deputado. Devolvo a palavra ao Relator a fim de proceder à leitura do seu voto. Já começou a Ordem do Dia. Acho que S.Exa. poderia ler o voto e, posteriormente, voltaremos e darei a palavra para réplica, para tréplica e depois a votação.

**O SR. DEPUTADO ZENALDO COUTINHO** - Não, para exaurir essa fase.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Não, mas para a leitura do voto não há problema algum. A votação é que não pode ser feita.

Com a palavra o Deputado Anselmo.

**O SR. DEPUTADO ANSELMO** – “Cuida-se de saber aqui, em essência, se o Representado participou do Esquema “Sanguessuga” e se recebeu, em consequência, vantagem pecuniária indevida em troca de apresentação de emenda ao Orçamento da União. Mais especificamente, teremos que concluir se o Representado recebeu 12 mil reais indevidamente — como propina — do Sr. Luiz Antônio Vedoin em seu gabinete, em janeiro deste ano, por apresentação de



emenda do Orçamento que beneficiou o Município de Plácido de Castro, no Acre, ou não.

Realmente, as escutas telefônicas realizadas pelo Departamento da Polícia Federal, mediante autorização judicial, e os depoimentos da família Vedoin são incontestáveis, e prova cabal do envolvimento do Representado no Esquema “Sanguessuga”!

O Representado alega que não era interlocutor em nenhuma das ligações telefônicas interceptadas, mas não responde por que seu nome era mencionado de forma tão comprometedora.

O diálogo estabelecido entre o Deputado João Correia e o Sr. Luiz Antônio Trevisan Vedoin neste Conselho, no último dia 7/11/2006, não deixa dúvidas sobre quem está falando a verdade. Veja-se trechos selecionados por mim desse diálogo:

*“O SR. DEPUTADO JOÃO CORREIA - Então o senhor está dizendo que foi, foi feito lá no meu gabinete?*

*O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN - No gabinete do senhor.*

*O SR. DEPUTADO JOÃO CORREIA - Comigo?*

*O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN - Com o senhor.*

*O SR. DEPUTADO JOÃO CORREIA - Sim, comigo você já disse que sim. Eu estou querendo saber se há alguma testemunha de que isso foi feito.*

*O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN - Acredito que o irmão do senhor estava presente e o Darci.*

*O SR. DEPUTADO JOÃO CORREIA - O meu irmão e o Darci?*

*O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN - Estive com o senhor também no aeroporto.*

*O SR. DEPUTADO JOÃO CORREIA - No aeroporto?*

*O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN - Aqui no aeroporto de Brasília.*



*O SR. DEPUTADO JOÃO CORREIA – Nossa! Que conversa é essa? Muito bem, então eu faço...*

*O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN - No embarque nº 13.*

*O SR. DEPUTADO JOÃO CORREIA - Perfeito. A segunda questão é a seguinte: o senhor fez acerto comigo sobre a alocação de emendas, das 3 emendas que eu fiz, para as 3 prefeituras do Acre?*

*O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – O senhor já tinha colocado a emenda, depois o senhor colocou uma emenda também para ciência e tecnologia, no valor de 800 mil reais, para 2 municípios.”*

O diálogo provocado insistentemente pelo Representado ganhou contornos de acareação, ainda que sem a necessária mediação dos membros deste Conselho, e foi elucidativo. O Sr. Luiz Antônio Trevisan Vedoin, olhando diretamente nos olhos do Representado, confirmou cada uma das acusações que tinha feito quando de seus depoimentos tanto na Justiça Federal como na Polícia Federal.

Não interessa como o Representado conheceu a família Vedoin (pai e filho), nem a natureza de suas relações com o ex-Deputado Ronivon Santiago. Os depoimentos dos Vedoin são conclusivos, e o Representado simplesmente não conseguiu derrubar as provas robustas apresentadas contra ele. É muita ingenuidade acreditar na infalibilidade do sistema de acesso e vigilância por câmeras de segurança desta Casa Legislativa. A verdade é que entra qualquer um na “Casa do Povo”! É impossível saber exatamente quem e quantas pessoas estiveram exatamente num gabinete parlamentar durante um dia, o que dirá durante um mês...

O Representado só faz dizer que é tudo “falso”, “*todos são crápulas*”, mas não derruba as provas: as escutas, os depoimentos, a emenda e a propina correspondente a 50% dos 10% acordados sobre o valor da mesma.

Infelizmente, a instrução probatória nos convenceu da culpa do Representado, ou seja, do recebimento da propina e da conseqüente participação do mesmo no triste Esquema “Sanguessuga”, que abalou esta Instituição.



Assim, convencidos da culpa do Representado, votamos pela procedência da representação em epígrafe e pela cassação do mandato do Representado, nos termos do Projeto de Resolução oferecido em anexo”.

É isso, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) – Srs. Deputados, neste momento declaro iniciada a discussão e concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, o nobre Deputado Edinho Bez.

**O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ** – Sr. Presidente, nobre Deputado João Correia, Deputado Anselmo, Relator, demais colegas presentes, recebi inúmeros documentos, analisei-os cuidadosamente e, complementado aqui pelo relato do Deputado João Correia, estou convencido, com todo respeito ao Relator, de que o Deputado João Correia realmente está falando a verdade.

Baseado nos documentos que vi, li e comentei, estou convencido. Sempre pautei minha vida pela coerência, pelo bom senso e pela palavra. E confesso que aprendi com os meus pais, nos bancos escolares, na universidade, que ninguém fica ruim ou bom de repente. Todos temos uma história e é preciso avaliar e levar em consideração essa história, principalmente quando se apresenta um documento que não representa provas. E dizer que eu voto contra o...

*(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)*

**O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ** – Mas eu já vou me manifestar porque eu tenho... Eu falo o que eu quiser aqui, está certo?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) – V.Exa. pode falar o que bem entender, mas eu gostaria que não anunciasse o voto e simplesmente desse sua opinião. Na hora da votação, como...

**O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ** – Nós não vamos votar agora?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) – Nós vamos votar... Agora, vai haver discussão. Os Deputados inscritos vão...

**O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ** – Certo. Mas não vai haver votação em seguida?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) – Vai.

**O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ** – Mas em seguida, antes de irmos ao plenário?



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Não, não. Acontece o seguinte: não posso colocar em votação enquanto estivermos na Ordem do Dia.

**O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ** - Mas quero justificar, porque...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Pois não. Está certo

**O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ** - A minha precipitação....

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Mas não há problema.

**O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ** - Na votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Isso não é proibido. É uma sugestão.

**O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ** - Porque com o risco de não estar presente na votação... Tenho um compromisso, claro que tenho que procurar estar aqui, que é meu dever, mas, alertado pelo meu companheiro, não vou declarar aqui o meu voto, e ao mesmo tempo já está declarado. (*Risos.*) E eu não sei ficar em cima do muro. Antecipo-me dizendo que estou convencido de que o Deputado João Correia, repito, pela sua história nesta Casa, pelas conversas e contatos que eu tive com pessoas ligadas ao Deputado João Correia, eu estou convencido de que ele falou a verdade. Eu me manifesto aqui de acordo com minha consciência, acreditando e apostando na consciência do Deputado João Correia.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Obrigado, Deputado.

Com a palavra o nobre Deputado Eduardo Valverde (*Pausa.*) Ausente.

Em seguida, o Deputado Antonio Carlos Biscaia (*Pausa.*) Também não está.

O próximo é o Deputado Mussa Demes. Com a palavra, Deputado.

**O SR. DEPUTADO MUSSA DEMES** - Sr. Presidente, por ocasião do depoimento do Deputado João Correia, recordo-me muito bem, indaguei do Relator se S.Exa. tinha na Polícia Federal alguma outra gravação que envolvesse o nome do Deputado ora Representado, e S.Exa. me respondeu que não. Tudo o que consta no processo é exatamente este depoimento, no qual S.Exa., o Deputado Anselmo, baseou-se para propor a cassação do mandato do Deputado João Correia. Por que fiz isso naquela ocasião? Porque todos nós sabemos que, ao ser mencionado o nome de um Deputado, obviamente, a Polícia Federal tinha o dever de passar a monitorá-lo, como fez durante todos esses processos, como uma espécie de verdadeiro arrastão. E se não encontrou mais nada, não encontrou a voz do



Deputado João Correia em nenhum outro momento, não me parece racional nem razoável que se deva dar crédito absoluto aos Vedoin nesse episódio, até porque, ao finalizar seu relatório, o Deputado Anselmo diz que o Representado se limitou a dizer que tudo é falso, todos são crápulas, mas não derruba as provas.

O que o Deputado Anselmo gostaria de ter, então? Fazer valer a chamada prova negativa no Direito? O acusado, o Representado é quem tem de provar que não fez o que está aqui dito pelos Vedoin? Ou o Relator tem a obrigação de demonstrar que ele fez? A inversão do ônus da prova não pode ser aceita, especialmente, em matéria criminal, em um momento como este.

É por isso, para não me alongar também, é que eu considero o relatório realmente insubsistente, na minha visão pessoal, absolutamente destituído de fundamento para uma condenação, mas, de qualquer modo, como o Deputado Edinho Bez, vou-me reservar para declinar o meu voto no momento apropriado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Obrigado, Deputado.

Com a palavra o nobre Deputado Marcelo Ortiz.

**O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ** - Sr. Presidente, Sr. Relator, Deputado Anselmo, Deputado João Correia, colegas, Dr. Erick Venâncio, o advogado, meus companheiros que estão neste tribunal com a difícil missão, porque é muito difícil, é um tribunal isto aqui, de exceção até, é um Conselho — obrigado pela correção aqui do meu querido Deputado Zenaldo Coutinho, ele já me aconselhou. Mas nós estamos aqui neste Conselho com a difícil missão de julgar as pessoas que são integrantes da Câmara e que são nossos colegas. É a primeira dificuldade.

A dificuldade maior, e não poderia deixar de mencionar, foi o aodamento com que as matérias referentes aos Deputados vieram a este Conselho. Este Conselho tem uma limitação, não pode perquirir algumas provas. Seria interessante que pudéssemos fazê-lo em todos os processos, para que pudéssemos chegar a uma decisão final sem ter que, a cada momento, votar por falta de provas.

Mas alguma coisa sabemos que a Relatoria tem possibilidade de vir buscar, de procurar de todos os meios, e esta é a função da Relatoria: provar a existência do fato que aqui para nós é o da apreciação de uma cassação política que é a falta de decoro parlamentar. Tem que haver a ocorrência de um fato que seja entendido como falta de decoro parlamentar.



Para isso, ainda que com muita dúvida, seria importante que tivéssemos, por meio daquilo que chamamos de acusação, que é o papel da Relatoria, o órgão que aqui se coloca como órgão acusador, defensor até da nossa Casa, defensor da sociedade, mas com a obrigatoriedade de buscar as provas para trazer a todos nós. Todos temos a obrigação de ajudar o Relator, conhecendo alguns fatos e dizendo a ele quais são os fatos que temos e que muitas vezes se instalam a que ele consiga estas provas.

Estamos numa situação em que, à primeira vista, sem fazer nenhuma declaração de voto, respeito o meu colega Edinho que fez a sua posição, mas é respeitável, sim, só que, de qualquer forma, S.Exa. vai ter que votar porque o voto só será possível na segunda fase. Se S.Exa. não estiver aqui posteriormente não será consignado o seu voto, ainda que antecipado. É o seu desejo, a sua intenção. Mas estamos num processo que, de um lado, temos que fazer exatamente como o Deputado Edinho disse. Ninguém de repente vira bonzinho, ninguém de repente vira mauzinho. Todos nós temos uma história. Todos nós temos um posicionamento. Na Justiça Comum, Penal, chama-se de vida pregressa. O cidadão tem a vida pregressa, tem que ser levada em consideração essa vida pregressa.

Algumas pessoas chamam, jocosamente, de capivara. Quer saber qual é a capivara? O doutor começou a rir lá porque sabe que o termo é esse mesmo. O cidadão às vezes tem uma capivara enorme, cometeu 50 mil crimes, mas nem por isso deve ser condenado por um crime que não cometeu. Mas, obviamente, aquela relação, de fato, já que o levou a ter essa anotação necessária, uma anotação policial e judicial, pesa muito no momento em que ele vai ser julgado.

Da mesma forma, pesa que o cidadão tenha pautado sua vida pela decência, pela honestidade, sem nenhuma acusação outra, e de repente se vê frente a uma situação como essa que é, pelo o que temos nos autos, e jamais houve qualquer contestação deste fato, o Deputado que está hoje sob julgamento, o Deputado João Correia, que tem um passado limpo. Não há nada, nada, nada que viesse aos autos que demonstrasse que o seu passado não é um passado limpo. Temos que começar acreditando na palavra de quem tem um passado limpo.

Da mesma forma que não podemos dar credibilidade a... Por exemplo, o Sr. Vedoin está numa situação extremamente confusa porque não disseram a ele ainda



que não precisa delação premiada mais para este ou para aquele porque ele, já tendo conseguido, numa hipótese, levar a responder com uma condenação determinadas pessoas, ele já tem a delação premiada. Delação premiada não tem um escalonamento: “Olha, se você delatar 10, você tem 1 ano de diminuição do seu...”

**O SR. ERICK VENÂNCIO** - Não tem cumulatividade.

**O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ** - Isso, o Dr. Erick levantou bem: não tem cumulatividade, não vai acumulando. Porque, de repente, ainda se fica devendo alguns anos e ele poderá cometer um crime para a frente que vai ser absolvido, pois já delatou gente demais.

Quando temos essa comparação, que é obrigatória fazermos... Vivemos nesta vida há muito tempo. Há vários aqui que advogam até hoje e têm advogado durante muito tempo. Está aqui o Deputado Zenaldo Coutinho conosco também. Neste momento, temos de ver a credibilidade das pessoas que estão envolvidas. E, dentro desta credibilidade, ainda que nós não tenhamos provas, principalmente provas materiais, que seriam as mais importantes para levarmos em consideração, achamos que é uma situação muito difícil da posição do Conselho.

Eu vou deixar o meu voto para o momento próprio, mas quero dizer que não podemos responsabilizar a quem não tem condições. E é muito difícil. O Deputado Mussa Demes disse bem também: a chamada prova negativa. É difícil fazer-se a negação: “Eu não estive em tal lugar, eu não fui, eu deixei de ir, etc.”

Esta é a minha posição. Como o Relator não tem mais provas, além das que apresentou, porque senão não teria apresentado o relatório, ficamos na expectativa de dar o nosso voto pelo contido nos autos.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Obrigado, Deputado.

Com a palavra o nobre Deputado Zenaldo Coutinho.

**O SR. DEPUTADO ZENALDO COUTINHO** - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Deputado João Correia, Dr. Erick Venâncio, prezados colegas, ao ler o relatório do eminente Deputado Anselmo, passei a ter algumas dúvidas, justamente por crer que todos nós aqui estamos imbuídos do propósito de buscar, a todo custo, a verdade sobre os acontecimentos. E devo dizer que até sobre o passado do Deputado João



Correia eu não posso falar, porque não tenho essas relações de amizade e pouco sei das suas atividades. Mas, sobretudo, o que interessa é o que está nos autos nesse momento, até porque é verdade que a vida de uma pessoa deve ser considerada, mas, no ato de um julgamento, o que interessa é o que consta nos autos. Então, nos autos nós temos o relatório do Deputado Anselmo, que é contundente, que fala em provas robustas. E aí qual é a minha dúvida: qual foi a prova robusta que V.Exa. encontrou, Deputado Anselmo? V.Exa. identificou algum cheque depositado no nome do Deputado?

**O SR. DEPUTADO ANSELMO** - Não.

**O SR. DEPUTADO ZENALDO COUTINHO** - Algum dinheiro?

**O SR. DEPUTADO ANSELMO** - Não.

**O SR. DEPUTADO ZENALDO COUTINHO** - Alguma prova material a respeito do que foi alegado pelo Vedoin?

**O SR. DEPUTADO ANSELMO** - Nós tivemos... Quando eu trato dessa questão das provas robustas foi justamente naquele momento onde foi pago, que o próprio Vedoin disse aqui e não houve nenhuma contestação assim direta que pudesse...

**O SR. DEPUTADO ZENALDO COUTINHO** - Do Deputado?

**O SR. DEPUTADO ANSELMO** - É, do próprio Deputado João Correia.

**O SR. DEPUTADO ZENALDO COUTINHO** - Ele chamou até de canalha...

**O SR. DEPUTADO ANSELMO** - Frente a frente...

**O SR. DEPUTADO ZENALDO COUTINHO** - Frente a frente. Eu estava aqui presente. E, em parte, V.Exa. transcreve aquele diálogo que foi áspero, contundente...

**O SR. DEPUTADO ANSELMO** - Justamente.

**O SR. DEPUTADO ZENALDO COUTINHO** - Mas a reação do Deputado aqui era muito pequena frente ao que eu assisti aqui. Ela foi agressiva, ao ponto de ele chamar de canalha. Agrediu, aqui. O Presidente até pediu calma, que se mantivesse a ordem.

**O SR. DEPUTADO ANSELMO** - Eu estou falando apenas daquele momento que se tratava da propina.

**O SR. DEPUTADO ZENALDO COUTINHO** - Não, mas da propina.



**O SR. DEPUTADO ANSELMO** - Justamente.

**O SR. DEPUTADO ZENALDO COUTINHO** - Da propina...

**O SR. DEPUTADO ANSELMO** - Onde ele dizia... Onde perguntou: provas. Ele disse quem eram as provas: "Seu irmão, tal...", foi tudo mencionado. Então, baseado nas provas robustas que tinha, era justamente nesse momento.

**O SR. DEPUTADO ZENALDO COUTINHO** - Mas qual prova robusta?

**O SR. DEPUTADO ANSELMO** - Onde eles diziam: "Onde é que eu entreguei, com quem entreguei, quem era o outro, quem estava do lado, se o irmão estava do lado." Quer dizer, são...

**O SR. DEPUTADO ZENALDO COUTINHO** - É prova robusta eu chegar, acusar e ele reagir e dizer que não?

**O SR. DEPUTADO ANSELMO** - Nós estamos tratando, nobre...

**O SR. DEPUTADO ZENALDO COUTINHO** - Desculpa, Relator. Eu, na verdade, não estou contra V.Exa. em nada. É que eu preciso ter convicção para exarar meu voto. E prova robusta entre alguém que fala uma acusação e alguém que se defende e reage acusando o outro, eu, sinceramente, pela minha formação modesta de bacharel em Direito, não encontrei nenhuma prova robusta.

Aliás, eu não encontrei nenhuma prova, aliás, eu não encontrei nenhum indício. Porque sequer indício há. Para que nós possamos ter elementos de julgamento, sequer indícios há. Então, eu lhe confesso, que mais como bacharel em Direito, do que propriamente como Parlamentar, eu fiquei aqui estupefato ao ler no relatório "prova robusta" e eu sequer encontro indício, eu sequer encontro sustentação sobre o que foi dito.

Quem procurou buscar informações que se contrapusessem ao afirmado foi o próprio Representado que buscou junto à Casa gravações: "Eu vou atrás; eu quero ver se há alguma prova que venha confirmar o que ele está dizendo". Quer dizer, o Deputado João Correia, insisto em dizer que não tenho relações políticas, é até de um partido que faço oposição no meu Estado, sequer conheço o seu passado, mas estou aqui no firme propósito de se tiver que condenar que possamos condená-lo.

Agora, escrever "prova robusta", nobre Deputado Anselmo, sem nenhuma prova, sem absolutamente nenhuma, sem nenhum indício que venha a confirmar o que foi dito de maneira firme pelo denunciado Vedoin e contestado de maneira tão



firme e contundente quanto pelo Representado, ficou o dito pelo não dito: sem nenhuma prova, sem nenhum indício, sem nenhuma substância. Eu, a partir daí, e pelas respostas que V.Exa. dá, é impossível acompanhar a absoluta falta de robustez das provas que inexistem e que V.Exa. alega no relatório. Por isso o meu voto será anunciado, posteriormente, a favor.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Quero agradecer ao nobre Deputado Zenaldo Coutinho.

Com a palavra o nobre Deputado José Carlos Araújo.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Sr. Presidente, nobre Deputado Ricardo Izar, estamos chegando ao final desta Legislatura e V.Exa., sem dúvida nenhuma, conseguiu fazer o impossível, fazer com que este Conselho de Ética e Decoro Parlamentar julgasse o maior número de processos que já foi julgado em todos os tempos nesta Casa. E se não julga mais, não lhe cabe a culpa, é porque o próprio tempo correu contra nós. Sem dúvida nenhuma, eu sou testemunha disso e quero parabenizar V.Exa. Infelizmente, o tempo foi o nosso grande adversário.

Quero saudar aqui o advogado, o nobre Deputado João Correia, o nosso Relator, nobre Deputado Anselmo. A prova disso é que o tempo foi nosso adversário, e daí o nosso Relator, nobre Deputado Anselmo, também foi atropelado pelo tempo, eu não tenho a menor dúvida disso. Pressionado pelo afã do nobre Deputado João Correia de ver o seu processo julgado o mais rapidamente possível, o nobre Deputado Anselmo teve de se apressar e apresentar o relatório. E aí eu não quero entrar em maiores pormenores, mas algumas coisas eu não posso deixar de dizer.

No voto do Relator, S.Exa. conclui que o Representado recebeu 12 mil reais indevidamente de propina do Sr. Antônio Vedoin. Eu quero saber do Relator onde foi que S.Exa. achou esses 12 mil reais. Se foi no extrato bancário do Deputado João Correia, se foi em algum cheque depositado pelo Deputado João Correia, se foi entregue o dinheiro pessoalmente e tem alguma testemunha idônea deste fato, ou se foi só pelo depoimento do Luiz Antônio Vedoin, quando diz que entregou 12 mil reais ao Deputado João Correia. Qual foi a forma que o S.Exa. chegou à conclusão de que ele recebeu os 12 mil reais do Antonio Vedoin?



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Deputado José Carlos Araújo, o nobre Relator deverá responder a todas perguntas dos Srs. Deputados, mas na réplica.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Na réplica. Perfeitamente. Então, essa é uma pergunta que quero deixar. E qual é a prova cabal, a prova cabal, a prova robusta apresentada? A única coisa que nós vimos no relatório é o diálogo entre o Deputado Ronivon Santiago e o Sr. Darci Vedoin. Ou seja, Deputado Ronivon Santiago, acusado, cassado neste Casa, sem credibilidade; Darci Vedoin, implicado em tantas coisas aí. Ou seja, 2 pessoas cometeram delitos nesta Casa. Então, esses 2 falam de um terceiro, que é o Deputado João Correia.

Em momento nenhum a Polícia Federal apresenta, em lugar nenhum, o diálogo entre o Deputado João Correia e o pessoal da PLANAM sobre propina, só os terceiros falando. Nós já vimos aqui no Conselho, como já vimos na CPMI dos Sanguessugas, diálogos entre pessoas e os Vedoin, inclusive, e assessores sacando e recebendo propina em nome de outrem e que esta terceira pessoa não tinha conhecimento. Por que vamos nos basear no diálogo de terceiros para incriminar o Deputado João Correia, se S.Exa. não participou de diálogo? Foram terceiros.

Quem pode garantir, Sr. Presidente, que Ronivon Santiago não estava usando o nome de Deputado João Correia em vão? Quem pode garantir isso? No relatório do nobre Relator, S.Exa. transcreve essas coisas. No voto, Sr. Presidente....

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Deputado, o processo de votação no plenário já começou. Então, poderíamos suspender a reunião e, na volta, V.Exa. completaria sua opinião. Vou suspender a reunião.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Pois não, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Vamos votar, em seguida, voltaremos para cá. Está certo?

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Acatarei com prazer a decisão de V.Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Eu é que agradeço a V.Exa.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Embora V.Exa. interrompa meu raciocínio, mas acatarei. Não sou como V.Exa., mas vou tentar...



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - V.Exa. vai me desculpar, mas vamos até ao plenário.

Está suspensa a reunião.

*(A reunião é suspensa.)*